

Pr. Leandro B. Peixoto

Segunda Igreja Batista em Goiânia

www.sibgoiania.org

21 de novembro de 2021

[PRINT DA IGREJA]

Msg. 9

O GOVERNO DE UMA IGREJA BÍBLICA

QUEM TEM O PODER PARA GOVERNAR A IGREJA LOCAL?

[1Timóteo 3.14-15] ¹⁴Embora espere vê-lo em breve, escrevo-lhe estas coisas agora, ¹⁵para que, se eu demorar, você saiba como as pessoas devem se comportar na casa de Deus. Ela é a igreja do Deus vivo, coluna e alicerce da verdade.

POLÍTICA DE IGREJA

Quando o assunto é política nós já estamos escaldados. É tanto debate, desgoverno e decepção que a gente nem quer mais ouvir falar dessas coisas. Ficamos arrepiados. Surge o assunto na roda, a gente sai de fininho. Trazem o assunto na conversa, a gente sai correndo do grupo de WhatsApp. – “Política? Tô fora!” – Eu entendo você, simpatizo-me com a sua frustração. No entanto, gostemos ou não, ninguém vive sem política ou governo. Sendo assim, meu tópico nesta manhã é política – política de igreja.

A grosso modo, política é a ciência de organizar a vida juntos. Normalmente, ela está relacionada com o governo civil, mas política empresarial, política gerencial e política familiar são também reconhecidas. Ora, quando fica claro o que a igreja é – i.e., a assembleia do povo de Deus, a família de Deus, a embaixada do reino dos céus – , surge naturalmente a questão de como a igreja deve ser organizada e liderada. Isso tem um nome: política, governo. Paulo, o apóstolo, tinha essa consciência, tanto que escreveu ao jovem pastor Timóteo que servia à frente da igreja em Éfeso:

1Timóteo 3.14-15 ¹⁴Embora espere vê-lo em breve, escrevo-lhe estas coisas agora, ¹⁵para que, se eu demorar, você saiba como as pessoas devem se comportar na casa de Deus. Ela é a igreja do Deus vivo, coluna e alicerce da verdade.

Se você tem dúvidas de que Paulo estava falando de política de igreja, de procedimentos, de organização da vida da igreja em Éfeso, recorde-se do contexto dessas pa-

lavras. No **capítulo 2**, o apóstolo tratou basicamente do culto público – ele discorreu sobre o caráter e a conduta de homens e mulheres na igreja reunida. No **capítulo 3**, Paulo passou a falar dos oficiais da igreja, presbíteros/pastores/bispos e diáconos. Portanto, note: falou-se da congregação (1Tm 2) e dos líderes (1Tm 3.1-13). Ora, que é isso senão a política da igreja? Ou seja: como ela deve se organizar e como todos devem se portar? Foi por isso que Paulo arrematou, escrevendo na sequência do que vinha tratando:

¹⁴Embora espere vê-lo em breve, **escrevo-lhe** estas coisas agora, ¹⁵para que, se eu demorar, **você saiba como as pessoas devem se comportar na casa de Deus**. Ela é a igreja do Deus vivo, coluna e alicerce da verdade.

E Paulo não parou por aqui. No **capítulo 4**, tratou de como a igreja deve proceder contra os falsos mestres em face de um erro teológico específico (vs. 1-5) e de como os bons servos de Cristo devem servir na igreja (vs. 6-16). No **capítulo 5**, o apóstolo se concentrou em instruir a respeito do cuidado com viúvas e ofereceu vários conselhos sobre como tratar com pastores ou presbíteros. Portanto, veja, essencialmente, **1Timóteo** é uma carta sobre política de igreja: a ciência de como organizar a vida eclesial juntos.

Quando o assunto é política de igreja, dois tópicos são essenciais: quem governa? e quem lidera ou serve na liderança? E a resposta é a seguinte, à luz do novo testamento o governo da igreja é exercido pela congregação (a assembleia reunida) e a liderança da igreja é desempenhada pelos oficiais (presbíteros/pastores e diáconos) que a própria congregação separa e supervisiona. Portanto, essas questões sobre as responsabilidades da congregação e o papel dos dois oficiais da igreja são o assunto deste domingo. Agora pela manhã: o governo da igreja. À noite, Deus permitindo: os oficiais da igreja.

FORMAS DE GOVERNO DE IGREJA

As igrejas hoje têm muitas diferentes formas de governo. Por exemplo:

- *A Igreja Católica Romana* tem um governo mundial sob a autoridade do papa.
- *As igrejas episcopais* têm bispos com autoridade regional e, acima deles, arcebispos (veja: nesse sentido, muitas igreja hoje em dia, mesmo que não adotem o nome de “igreja episcopais”, na prática, funcionam assim – têm uma autoridade local e ou regional e, acima delas, a autoridade geral).
- *As igrejas presbiterianas* dão autoridade regional aos presbitérios e autoridade nacional aos concílios e ao supremo concílio.
- *As igrejas batistas* e outras igrejas independentes não têm uma autoridade de governo além da congregação local, e a filiação à denominação é voluntária.

De um modo geral, nas igrejas locais os **batistas** geralmente têm um único pastor com um grupo de diáconos, mas algumas têm também um grupo de pastores ou presbíteros. Os **presbiterianos** têm um grupo de presbíteros. E os **episcopais**, uma comissão de leigos ou pastores remunerado. **Outras** igrejas têm apenas um conselho paroquial.

Não é o nosso propósito nesta mensagem detalhar cada sistema de governo. Aos que desejarem se aprofundar neste tema, recomendo o capítulo 47 – O Governo da Igreja – da *Teologia Sistemática* de Wayne Grudem (ed. Vida Nova). É uma excelente introdução ao tópico. Aliás, a teologia sistemática do Grudem é indispensável para quem deseja conhecer mais a fundo as doutrinas centrais da fé cristã.

O que faremos a seguir é algo bem resumido. Para tanto, basta-nos dizer que as formas de governo da igreja podem ser divididas em três grandes categorias (todas as demais, de algum modo, derivam-se destas), que podemos chamar de “episcopal”, “presbiteriana” e “congregacional”.

AS FORMAS EPISCOPAIS OU HIERÁRQUICAS têm um governo exercido por uma categoria distinta de oficiais da igreja considerada um sacerdócio, e a autoridade final para a tomada de decisões encontra-se fora da igreja local. O sistema da Igreja Episcopal e da Igreja Católica Romana é o principal representante desse tipo de governo entre os protestantes, sem falar nas denominações mais recentes, sobretudo pentecostais e alguma emergentes que, na prática, praticam um sistema de governo hierárquico.

AS FORMAS PRESBITERIANAS têm um governo de presbíteros, alguns dos quais têm autoridade não só sobre suas congregações locais, mas também, através do presbitério e da assembléia geral ou supremo concílio, sobre todas as igrejas de uma região e, daí, na denominação como um todo.

AS FORMAS CONGREGACIONAIS de governo da igreja têm uma autoridade final baseada na congregação local, reunida em assembleia. Os batistas são congregacionais.

OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À FORMA DE GOVERNO EPISCOPAL OU HIERÁRQUICA são, em linhas gerais, as seguintes:

1. o ofício de “bispo” não é distinto no Novo Testamento, mas simplesmente um sinônimo das palavras “presbítero” e “pastor”;
2. não há um que exerça autoridade sobre os outros, mas sim um grupo com igual autoridade em cada igreja local – por exemplo, embora alguns apóstolos como Pedro, Tiago, João e Paulo tivessem proeminência no grupo, eles não detinham nenhum tipo de autoridade maior que os demais; o próprio Pedro chegou mesmo a ser repreendido por Paulo em Antioquia (Gl 2.11); isso pode

bem refletir a sabedoria de Cristo de precaver o abuso de poder que inevitavelmente acontece quando qualquer ser humano tem excesso de poder sem o necessário controle ou supervisão por parte de outros; outra coisa:

3. a teoria de que um grupo de bispos foi estabelecido para substituir um grupo de apóstolos não é ensinada no Novo Testamento, nem há implicação de continuidade física necessária ou de uma ordenação através da imposição de mãos por aqueles ordenados em uma cadeia ininterrupta de sucessão desde os apóstolos; por exemplo, em Atos 14.3, não foram os apóstolos em Jerusalém que ordenaram Paulo e Barnabé, mas o povo da igreja em Antioquia, que lhes impuseram as mãos e os enviou; de fato há bem poucos sinais de que os apóstolos tinham alguma preocupação com uma linha de sucessão; Timóteo não foi ordenado por Paulo, mas por um “concílio de presbíteros” (1Tm 4.14), ainda que Paulo pudesse estar também incluído (veja 2Tm 1.6);
4. mesmo que possa ser argumentado que o desenvolvimento de um sistema episcopal com bispos únicos com autoridade sobre diversas igrejas foi algo benéfico na igreja primitiva pode-se também argumentar que o que houve foi um desvio do padrão, resultado de uma insatisfação humana com o sistema de eleição de presbíteros locais estabelecido pelos apóstolos, que aparentemente havia funcionado muito bem de 30 a 100 d.C. em toda a igreja neotestamentária; outro fato que parece justificar esse desvio no sistema de governo é o que está posto por João em sua terceira carta, referindo-se a um sujeito que amava exercer a primazia sobre os crentes da região na Ásia Menor – 3João 9: “Escrevi à igreja sobre isso, mas Diótrefes, que gosta de ser o mais importante, se recusa a receber-nos.”

O ARGUMENTO CONTRÁRIOS À FORMA DE GOVERNO PRESBITERIANA é, em linhas gerais, o seguinte:

1. em nenhuma passagem da Bíblia os presbíteros possuem autoridade regularmente estabelecida que se estenda além da igreja local; o padrão é, pelo contrário, que os presbíteros são ordenados nas igrejas locais e sobre elas têm autoridade supervisionada pela membresia (1Tm 5.19-20).

Contra essa afirmação menciona-se frequentemente o Concílio de Jerusalém em Atos 15, mas devemos observar que esse concílio aconteceu em Jerusalém por causa da presença dos apóstolos. Aparentemente os presbíteros e os apóstolos em Jerusalém, com representantes de Antioquia (At 15.3), buscaram juntos a sabedoria de Deus sobre a questão em debate e parece ter havido alguma consulta a toda a igreja também, porque lemos na conclusão da discus-

são (At 15.22): “Então os apóstolos e presbíteros e toda a igreja em Jerusalém escolheram representantes e os enviaram a Antioquia da Síria, com Paulo e Barnabé, para informar sobre essa decisão. Os homens escolhidos eram dois líderes entre os irmãos: Judas, também chamado Barsabás, e Silas.” (At 15.22).

Tal situação com os presbíteros de Jerusalém não é um bom modelo para defender um sistema em que os presbíteros têm autoridade sobre várias igrejas locais: a igreja de Jerusalém não convocou todos os presbíteros da Judéia, de Samaria e da Galiléia e pediu um encontro do “presbitério judaico” ou uma “assembléia geral”. Embora os apóstolos em Jerusalém certamente tivessem autoridade sobre todas as igrejas, não há indicação de que os presbitérios por si mesmos, mesmo na igreja de Jerusalém, tivessem tal autoridade. E certamente não há nenhum modelo no Novo Testamento de presbíteros exercendo autoridade sobre diversas igrejas locais.

CONGREGACIONALISMO

Sobre o congregacionalismo, Mark Dever escreveu o seguinte:

O congregacionalismo é apenas o entendimento de que a corte final de apelação nas questões concernentes à vida da igreja local não é o bispo de Roma, ou de Constantinopla, ou de Washington [Brasília]. Não é uma diretoria internacional ou uma assembléia, convenção ou conferência nacional. Não é o presidente de uma denominação ou o presidente do conselho [supremo concílio]. Não é um sínodo regional ou uma associação ministerial. Não é um grupo de presbíteros em uma igreja local ou mesmo o pastor. A corte final de apelação nas questões concernentes à vida da igreja local é, e deve ser, a própria congregação local.

Agora, é preciso que si diga o seguinte: congregacionalismo não é o mesmo que separatismo ou individualismo. Congregacionalismo não é o mesmo que independência solitária; isto é, cada congregação faz o que quer como se estivesse sozinha no mundo, independente de todos os outros crentes e confissões de fé, sobretudo aquelas ortodoxas, históricas e denominacionais. Congregacionalismo também não é o mesmo que democracia espiritual onde cada membro faz o que dá na cabeça.

Mark Dever escreveu assim:

Nenhum desses conceitos expressa boa compreensão da figura da vida eclesial que o Novo Testamento nos apresenta. O congregacionalismo não impede, de modo algum, a cooperação com outras igrejas em missões, educação, evangelização, alívio nas catástrofes e muitas outras coisas. O congregacionalismo significa que ninguém de fora pode ordenar ou demandar algo a determinada igreja, no que concerne à disciplina ou à doutrina. Confiando na clareza das Escrituras, mais do que em qualquer outro expediente, nós, congregacionalistas, admitimos que Deus guiará seu povo a entender quem deve ser reconhecido como membros e líderes, o que devemos crer e o que deve ser feito.

Congregacionalismo significa que a responsabilidade fundamental diante de Deus pela manutenção de todos os aspectos de sua política local e adoração pública pertencem à própria congregação. Por exemplo:

Tratar disputas entre os cristãos (o apelo final é à congregação)

Mateus 18.15-17 ¹⁵“Se um irmão pecar contra você, fale com ele em particular e chame-lhe a atenção para o erro. Se ele o ouvir, você terá recuperado seu irmão. ¹⁶-Mas, se ele não o ouvir, leve consigo um ou dois outros e fale com ele novamente, para que tudo que você disser seja confirmado por duas ou três testemunhas. ¹⁷Se ainda assim ele se recusar a ouvir, **apresente o caso à igreja**. Então, se ele não aceitar nem mesmo a **decisão da igreja**, trate-o como gentio ou como cobrador de impostos.

Atos 6.1-6 ¹À medida que o número de discípulos crescia, surgiam murmúrios de descontentamento. Os judeus de fala grega se queixavam dos de fala hebraica, dizendo que suas viúvas estavam sendo negligenciadas na distribuição diária de alimento. ²Por isso, os Doze convocaram uma reunião com todos os discípulos e disseram: “Nós, apóstolos, devemos nos dedicar ao ensino da palavra de Deus, e não à distribuição de alimentos. ³Sendo assim, irmãos, **escolham** sete homens respeitados, cheios do Espírito e de sabedoria, e nós os encarregaremos desse serviço. ⁴Então nós nos dedicaremos à oração e ao ensino da palavra”. ⁵**A ideia agradou a todos, e escolheram** Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, e também Filipe, Prócoro, Nicanor, Timom, Pármenas e Nicolau de Antioquia, que antes havia se convertido ao judaísmo. ⁶Esses sete foram apresentados aos apóstolos, que oraram por eles e lhes impuseram as mãos.

1Coríntios 6.1-8 ¹Quando algum de vocês tem um desentendimento com outro irmão, como se atreve a recorrer a um tribunal e pedir que injustos decidam a questão em vez de levá-la ao povo santo? ²Vocês não sabem que um dia nós, os santos, julgaremos o mundo? E, uma vez que vocês julgarão o mundo, acaso não são capazes de **decidir entre vocês** nem mesmo essas pequenas causas? ³Não sabem que julgaremos os anjos? Que dizer, então, dos desentendimentos corriqueiros desta vida? ⁴Se vocês têm conflitos legais, **por que levá-los para fora da igreja**, a juízes que não fazem parte dela? ⁵Digo isso para envergonhá-los. Ninguém entre vocês tem sabedoria suficiente para resolver essas questões? ⁶Em vez disso, um irmão processa outro irmão diante dos descrentes! ⁷O simples fato de terem essas ações judiciais entre si já é uma derrota para vocês. Por que não aceitar a injustiça sofrida? Por que não arcar com o prejuízo? ⁸Em vez disso, vocês mesmos cometem injustiças e causam prejuízos até contra os próprios irmãos.

Ordenar seus próprios oficiais

Atos 14.21-24 ²¹Depois de terem anunciado as boas-novas em Derbe e feito muitos discípulos, Paulo e Barnabé voltaram a Listra, Icônio e Antioquia da Pisídia, ²²onde fortaleceram os discípulos. Eles os encorajaram a permanecer na fé, lembrando-os de que é necessário passar por muitos sofrimentos até entrar no reino de Deus. ²³-Paulo e Barnabé também **escolheram presbíteros em cada igreja** e, com orações e jejuns, os entregaram aos cuidados do Senhor, em quem haviam crido. ²⁴Então viajaram de volta pela Pisídia até a Panfília.

Manter a doutrina correta

Gálatas 1.6-9 ⁶Admiro-me que **vocês** estejam se afastando tão depressa daquele que os chamou para si por meio da graça de Cristo. **Vocês** estão seguindo um caminho diferente que se faz passar pelas boas-novas, ⁷mas que não são boas-novas de maneira nenhuma. Estão sendo perturbados por aqueles que distorcem deliberadamente as boas-novas de Cristo. ⁸Que seja amaldiçoado qualquer um, incluindo nós, ou mesmo um anjo do céu, que anunciar boas-novas diferentes das que nós lhes anunciamos. ⁹Repito o que disse antes: se alguém anunciar boas-novas diferentes das que **vocês** receberam, que seja amaldiçoado.

2Timóteo 4.3-4 ³Pois virá o tempo em que as pessoas já não escutarão o ensino verdadeiro. Seguirão os próprios desejos e **buscarão mestres** que lhes digam apenas aquilo que agrada seus ouvidos. ⁴Rejeitarão a verdade e correrão atrás de mitos.

Aplicar a disciplina eclesiástica

1Coríntios 5.12-13 ¹²Não cabe a mim julgar os de fora, mas certamente cabe a vocês julgar os que estão dentro. ¹³Deus julgará os de fora. Portanto, eliminem o mal do meio de vocês.

Guardar a saúde da membresia

2Coríntios 2.5-8 ⁵Não exagero quando digo que o homem que causou tantos problemas magoou não somente a mim, mas, até certo ponto, a todos vocês. ⁶A maioria de vocês se opôs a ele, e isso já foi castigo suficiente. ⁷Agora, porém, é hora de perdôá-lo e confortá-lo; do contrário, pode acontecer de ele ser vencido pela tristeza excessiva. ⁸Peço, portanto, que reafirmem seu amor por ele.

Mark Dever escreveu:

Nenhum corpo fora de toda a congregação tem esse mesmo grau de responsabilidade. Embora os líderes numa congregação tenham suas responsabilidades especiais diante de Deus, até a menor das congregações — que toma sobre si mesma a tarefa de prover e ouvir a pregação regular da Palavra de Deus, bem como de praticar o batismo e a Ceia do Senhor —, toma necessariamente sobre si mesma a responsabilidade pela prática correta de membresia e disciplina, mesmo sobre aqueles que são chamados para serem seus líderes.

Embora as congregações possam errar e, de fato, errem no cumprimento dessas responsabilidades, a responsabilidade não deixa de lhes pertencer. Nenhum outro corpo, dentro ou fora da igreja local, pode remover de maneira definitiva essas obrigações e deveres da congregação como um todo. Tolerância de ensino errado (especialmente em relação ao evangelho), negligência do batismo ou da Ceia do Senhor e descuido em admitir ou excluir membros são de responsabilidade da congregação local.

Por que se importar com o congregacionalismo?

Por que o congregacionalismo é importante?

O sacerdócio universal dos crentes

Além do fato de nos parecer ser o mais bíblico, à luz do Novo Testamento, de modo prático, o congregacionalismo tem o maior potencial de tornar os membros da igreja em quem de fato eles são em Cristo: sacerdotes responsáveis pela obra do ministério da igreja (1Pe 2.9). Em última instância, **no congregacionalismo, membresia de igreja é um ofício, um ministério** – proteger e propagar o evangelho no mundo; disciplinar e disciplinar uns aos outros; guiar, guardar e governar uns aos outros. Paulo escreveu assim:

Efésios 4.11-16 ¹¹Ele designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, outros para pastores e mestres. ¹²Eles são responsáveis por preparar o povo santo para realizar sua obra e edificar o corpo de Cristo, ¹³até que todos alcancemos a unidade que a fé e o conhecimento do Filho de Deus produzem e amadureçamos, chegando à completa medida da estatura de Cristo. ¹⁴Então não seremos mais imaturos como crianças, nem levados de um lado para outro, empurrados por qualquer vento de novos ensinamentos, e também não seremos influenciados quando nos tentarem enganar com mentiras astutas. ¹⁵Em vez disso, falaremos a verdade em amor, tornando-nos, em todos os aspectos, cada vez mais parecidos com Cristo, que é a cabeça. ¹⁶Ele faz que todo o corpo se encaixe perfeitamente. E cada parte, ao cumprir sua função específica, ajuda as demais a crescer, para que todo o corpo se desenvolva e seja saudável em amor.

O equilíbrio entre os poderes

Além de melhor possibilitar o exercício do sacerdócio universal dos crentes – cada crente é um ministro do evangelho –, o congregacionalismo importa porque, na prática, é a melhor maneira de se equilibrar os poderes.

Um dos erros mais comuns, em se tratando do sistema de governo congregacional, é o de tratá-lo como se fosse uma versão evangélica de democracia representativa. Especialmente neste tempo em que todo mundo fala de política. Explico.

Algumas pessoas olham para a política batista e pensam: “OK. Entendo. É como se a congregação fosse o povo (os eleitores) e os pastores e líderes o congresso (os nossos representantes). Nós votamos para que representem ou cumpram os nossos interesses e os retiramos quando não nos atendem.” Não! Não é nada disso.

De fato, a congregação tem a autoridade final sob o Cabeça Cristo. Mas a autoridade dos presbíteros ou pastores não é dada a eles pela congregação – é dada a eles pelo próprio Cristo. Por exemplo, **Hebreus 13.17**: “Obedeçam a seus líderes e façam o que disserem. O trabalho deles é cuidar de sua alma, e disso prestarão contas. Deem-lhes motivo para trabalhar com alegria, e não com tristeza, pois isso certamente não beneficiaria vocês.” Em **Efésios 4.11** nós lemos que foi Cristo quem “concedeu” pastores-mestres às igrejas. E em **Atos 20.28** nós aprendemos que o Espírito Santo constitui pas-

tores nas igrejas. Desse modo, o papel dos pastores é usar de sua autoridade para ajudar a congregação exercer sua autoridade.

Isso significa que em 99,9% do tempo, essas duas autoridades trabalham juntas. Então, em situações extremas, a congregação usa sua autoridade (uma vez que ela é a conte final de apelação) sobre e contra a autoridade dos pastores ou presbíteros que precisam ser repreendidos, como uma espécie de poder de veto, como um freio de emergência. Desse modo, quando os presbíteros ou pastores lideram de uma maneira que é claramente contrária às Escrituras, em um assunto muito importante, a congregação precisa se levantar e se livrar de tais líderes. **1Timóteo 5.19-20**: “Não aceite acusação contra um presbítero sem que seja confirmada por duas ou três testemunhas. ²⁰Aqueles que pecarem devem ser repreendidos diante de todos, o que servirá de forte advertência para os demais.”

Graças a Deus, porém, na maioria das vezes, essas duas autoridades trabalham juntas, não se opõem uma à outra – e assim equilibram os poderes. E geralmente nem os pastores nem a congregação exercem cada um a sua autoridade como um trunfo. “Faça isso porque eu digo!” Em vez disso, ambos (pastores e congregação) vivem sob o peso de sua responsabilidade perante Deus – a responsabilidade que vem dessa autoridade: cuidar, exortar, encorajar e ensinar para que, como igreja, possamos todos juntos continuar a proteger e propagar o evangelho.

O GOVERNO DA IGREJA

Tudo bem você não gostar falar de política, sobretudo neste tempo de tanta polarização. Mas ninguém é capaz de deixar de apreciar a boa política, isto é, a boa organização da vida juntos, em qualquer área da vida: família, cidade, país e até igreja. A boa política é boa de ver – e de viver. Grande parte dos problemas e dos escândalos eclesiais de todos os tempos poderia ter sido evitado se um bom governo de igreja estivesse em curso. E desse modo a glória do nome de Cristo poderia ter sido protegida.

O congregacionalismo, ao nosso ver, é a melhor maneira de a igreja governar a si mesma, uns aos outros, e desse modo proteger e proclamar o glorioso evangelho de Jesus Cristo. Igrejas locais autogovernadas, autossustentadas e autopropagadoras sob o senhorio de Cristo são a única esperança para este mundo em trevas políticas. A boa política de igreja, quando bem praticada, produzirá cristãos transformados pelo evangelho para transformar de fato este mundo tenebroso.

Eu amo como Charles H. Spurgeon pensava sobre sua própria vocação como pastor, pegando emprestada uma imagem de *A Peregrina* [parte II de *O Peregrino*]:

Estou ocupado no meu pequeno caminho, do modo como o Sr. Grande Coração estava empregado nos dias de Bunyan. Não me comparo com aquele campeão, mas estou no mesmo ramo. Estou engajado em conduzir viagens pessoais ao Céu; e eu tenho comigo, no momento, o querido Ancião Honesto: estou feliz que ele ainda esteja vivo e ativo. E há a Cristã e seus filhos. É meu dever, da melhor maneira que posso, matar dragões e cortar cabeças de gigantes e liderar os tímidos e trêmulos. Muitas vezes tenho medo de perder alguns dos fracos. Meu coração se parte por eles; mas, pela graça de Deus, e a ajuda gentil e generosa de vocês em cuidar uns dos outros, espero que todos possamos viajar com segurança até a beira do rio. Oh! de quantos eu tive que de lá me separar! Estive à margem e os ouvi cantar no meio do curso das águas e quase pude ver os anjos reluzentes conduzi-los colina acima e, através dos portões, para a Cidade Celestial.

Esse é o objetivo dos pastores ou presbíteros, não é mesmo? E, mais importante ainda, esse é o objetivo da igreja toda, a nossa igreja, a SIB, preparada, capacitada, edificada por nossos pastores: conduzir uns aos outros em segurança até à beira do rio e nos alegrar com a recompensa dos santos do outro lado da margem desta vida.

S.D.G. L.B.Peixoto